



DEETE
Departamento de
Educação e Tecnologias

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS
CURSO DE PEDAGOGIA

Natália Paula de Araújo Silva

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Divinolândia de Minas

2021

Polo de Divinolândia de Minas

Natália Paula de Araújo Silva

Matrícula: 17.2.9178

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal de Ouro Preto – CEAD,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Prof.^a Orientadora: Márcia de Freitas Vieira.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Natália Paula de Araujo Silva

A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 02 de dezembro de 2021

Membros da banca

Professora-Doutora Márcia de Freitas Vieira - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Professor-Mestre Marcelo Dias de Santana- Universidade Federal de Ouro Preto

Márcia de Freitas Vieira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/12/2021



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, em 11/07/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0556356** e o código CRC **D38DBE0C**.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 A construção de uma escola inclusiva a partir da educação infantil	10
2.2 Educação Inclusiva: um desafio para a atualidade	13
2.3 Gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva	16
2.4 Metodologia	20
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

RESUMO

O estudo apresentado tem como objetivo analisar o processo de inclusão de crianças especiais na Educação Infantil, com atenção à formação de professores, além de propor reflexões acerca das políticas de inclusão e a necessidade de uma gestão escolar democrática. Foi realizada uma revisão de literatura e estudos de referenciais teóricos que proporcionaram discussões sobre a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais nos anos iniciais da Educação Básica. Os resultados apontam que as normativas reconhecem a necessidade da inclusão para o desenvolvimento, porém, não deixam claras questões relacionadas à inclusão na Educação Infantil, possibilitando várias interpretações e dificultando sua concretização na prática. Portanto, propõe-se uma reestruturação da organização escolar, bem como das práticas pedagógicas, em prol de uma educação de qualidade, voltada para o respeito às diferenças individuais nos processos de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Inclusiva, Gestão Escolar Democrática.

SUMMARY

The present study aims to analyze the process of inclusion of special children in Early Childhood Education, with attention to teacher training, in addition to proposing reflections on inclusion policies and the need for democratic school management. A literature review and studies of theoretical references were carried out, which provided discussions on the inclusion of children with special needs in the early years of Basic Education. The results indicate that the regulations recognize the need for inclusion for development, however, they do not make clear issues related to inclusion in Early Childhood Education, allowing for several interpretations and making it difficult to implement in practice. Therefore, a restructuring of the school organization is proposed, as well as of the pedagogical practices, in favor of a quality education, focused on respect for individual differences in the learning processes.

Keywords: Early Childhood Education, Inclusive Education, Democratic School Management.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende promover uma discussão sobre a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil, considerando um tema de grande importância que vem sendo discutido amplamente nos dias atuais. Nesse sentido, em todas as etapas da educação e nas esferas sociais, percebe-se a necessidade da inclusão, principalmente no contexto escolar, sendo um ambiente que desempenha um papel muito importante no processo de desenvolvimento individual e coletivo.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil nas escolas regulares, visando uma reestruturação da organização escolar, bem como das práticas pedagógicas, em prol de uma educação voltada para o respeito às diferenças individuais nos processos de aprendizagem.

A educação é fundamental para o desenvolvimento humano, exerce grande influência em nossas vidas, refletindo nas relações e nas transformações sociais. No entanto, durante muito tempo a educação não era acessível para todos, haviam restrições quanto ao acesso a educação, para muitas pessoas, inclusive para aquelas que possuem necessidades especiais, as quais eram marginalizadas e excluídas nas sociedades passadas, período em que não havia muitas discussões e posicionamentos quanto à inclusão.

Para Carvalho (2005), no início da história da humanidade, os indivíduos que apresentavam limitações intelectuais, físicas e sensoriais eram considerados incapazes de viver ativamente na sociedade, principalmente naquelas em que a economia dependia da agricultura. Entretanto, nas últimas décadas a sociedade tem demonstrado preocupações acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais, promovendo a construção de ambientes participativos e inclusivos.

As discussões sobre inclusão contribuíram para o surgimento de leis que tratam da acessibilidade com ênfase na educação. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura o acesso à participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas regulares, garantido um ensino que supra as necessidades educacionais de cada aluno (BRASIL, 2008).

No contexto escolar, a Educação Inclusiva consiste numa adaptação do ensino para atender as necessidades de todas as crianças, garantindo a todos o direito à educação,

igualdade de oportunidades, valorização e respeito às diferenças, contribuindo para a construção e a efetivação de políticas educacionais que visem à inclusão, em prol de uma educação de qualidade e participativa, abrangendo todos sem exceção.

De acordo com Sasaki (2003), a inclusão deve ocorrer em todos os níveis escolares, os quais devem estar preparados para oferecer um ensino de qualidade para todos. A inclusão escolar propõe mudanças na Es¹cola Comum, transformando-a num ambiente acolhedor, buscando condições de aprendizagem a todos os alunos. Conforme a Declaração de Salamanca (1994), o princípio da inclusão é aprendizagem coletiva, independente das dificuldades apresentadas pelos alunos.

Uma vez que, a função social da escola é contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos, é necessário criar condições para que a inclusão realmente aconteça na prática. Esse é um tema essencialmente importante na busca por uma sociedade que contemple e atue na garantia dos direitos de todos os cidadãos. De acordo com Rippel e Silva (2003), um dos principais compromissos da escola é introduzir o aluno nos ambientes: social, cultural e científico.

Para a efetivação da proposta de inclusão nas escolas, há a necessidade de ampliar as discussões acerca da gestão escolar democrática e seus desafios. Segundo Tezani (2005), a escola regular vem recebendo muitos alunos com necessidades especiais, e em vista disso, surgem algumas questões relacionadas à gestão escolar, no que se refere à educação inclusiva, tendo em vista uma reestruturação do espaço escolar como um todo.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar o processo de inclusão de crianças especiais na Educação Infantil, com atenção à formação de professores, além de propor reflexões acerca das políticas de inclusão e a necessidade de uma gestão escolar democrática. Para a realização dessa pesquisa utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e estudos de referenciais teóricos que proporcionaram discussões entre a teoria e sua aplicação no contexto escolar, visando à inclusão e o desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades especiais. A questão norteadora da pesquisa foi a seguinte: o que é preciso fazer para a consolidação na prática do processo de inclusão na Educação Infantil?

¹ Neste texto Escola Comum, pode ser entendido como aquela escola que não acolhe as diferenças e tampouco vive um processo de inclusão em que seus alunos com ou sem deficiência vivem de forma igualitária e com equidade nas oportunidades.

A ampliação das políticas de inclusão é fundamental para a concretização da proposta de uma escola inclusiva, porém o processo de inclusão não será possível apenas através de leis. É de suma importância uma reestruturação do sistema educacional, do currículo escolar e das propostas pedagógicas, sendo possível através de uma boa gestão escolar, que vise o acolhimento e o respeito às diversidades na busca por uma Educação Inclusiva. Portanto, para a efetivação do processo de inclusão, um dos caminhos é oferecer uma educação de qualidade. Enquanto não houver qualidade na educação, haverá entraves impedindo a concretização de práticas inclusivas na Educação Básica. Salienta-se a necessidade de uma educação de qualidade para que todos os alunos, independente de suas condições cognitivas sejam incluídos nas ²práticas pedagógicas.

Para tanto, esse trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo propõem discussões acerca da construção de uma escola inclusiva a partir da Educação Infantil, o segundo disserta sobre a educação especial: legislação e pressupostos e para finalizar, o último capítulo discorre sobre a gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A construção de uma escola inclusiva na Educação Infantil

A Educação Infantil consiste na primeira etapa da Educação Básica. Para Vygotsky (1998) essa etapa da educação é importante para o desenvolvimento de habilidades que contribuíram para a compreensão do mundo pela criança. No entanto, por um longo período era oferecido serviços assistencialistas sem fins educativos, era uma forma de acolher e cuidar das crianças enquanto suas mães tinham que trabalhar. Nesse sentido, Kulhmann (2000), Franceschini e Silva (2012) e Oliveira (2008), apontam que a educação formal das crianças, ainda não era uma preocupação para as políticas públicas, pois as crianças não eram vistas como sujeitos que necessitavam de cuidados e com direito a infância. Após algum tempo, as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas como parte do sistema educacional.

A concepção de criança mudou ao longo do tempo, tais mudanças atribuíram a elas direitos fundamentais para sua permanência e sobrevivência na sociedade. Deste modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente considera a criança como sujeito de direito à proteção

² Segundo Franco (2016, p. 536) “as práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos”.

integral, à oportunidades e facilidades, em prol de seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social, direito a liberdade e dignidade (BRASIL, 1990). A Constituição Federal de 1988, também trouxe contribuições quanto ao reconhecimento da criança como sujeito com direitos. Nesse sentido, Fraboni (1968) afirma que as transformações tecnológicas, científicas e a mudança étnico-social, torna efetiva a conquista da educação da criança, legitimando-a como sujeito de direitos enquanto sujeito social.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil também reconhece a criança como sujeito histórico e social, destacando as relações entre o desenvolvimento infantil, meio social e a importância da família (BRASIL, 1998). Ressaltando que as crianças são seres dotados de sentimentos e pensamentos intrínsecos a sua essência, construindo o conhecimento a partir das interações estabelecidas entre outros sujeitos e com o ambiente. Assim, nota-se a necessidade da interação com o meio e das relações para o pleno desenvolvimento da criança. Nesse viés, quanto ao desenvolvimento e aprendizagem, nota-se que a diversidade de experiências potencializa o desenvolvimento infantil.

As múltiplas possibilidades de interação proporcionam melhores condições para ampliação dos conhecimentos da criança (BRASIL, 2006). Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reconhecem que a família e a comunidade são fundamentais no processo de desenvolvimento da criança (BRASIL, 2006). Ainda no que se refere à concepção de desenvolvimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também reconhece a importância da família, considerando que o desenvolvimento dos processos educacionais e formativos inicia-se desde a vida familiar, na convivência humana, nas instituições e movimentos sociais (BRASIL, 1996).

As formas de aprendizagem e desenvolvimento da criança estão diretamente relacionadas à interação. Nesse contexto, é interessante ressaltar a importância da interação entre os sujeitos para o seu desenvolvimento. Para Vygotsky (1998), é fundamental trabalhar atividades operacionais; é a partir da interação com o meio, determinado por um ato intencional, dirigido pelo professor que a criança aprende. Uma vez que, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança acontecem a partir da sua relação com o meio e com os indivíduos que se encontram nesse mesmo ambiente, vale ressaltar a importância da inclusão e seus desafios no contexto da Educação Infantil.

Segundo Ainscow e Ferreira (2003), a inclusão é um processo que visa apoiar a educação para todos e para cada criança no mundo. Nesse sentido, Sasaki (1997) entende a inclusão como um processo social amplo que modifica a sociedade para que as pessoas com

necessidades especiais possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. Em vista disso, a escola deve ser um ambiente acolhedor para todas as crianças e jovens, independente de suas condições cognitivas, para aprender e adquirir conhecimentos visando o seu pleno desenvolvimento para viver ativamente na sociedade.

A preocupação com a inclusão de crianças com necessidades especiais na ³educação brasileira é recente. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que garantiu o acesso de todas as crianças a educação, sendo dever do Estado e direito de todos. Também o Estatuto da Criança e Adolescente assegura a proteção integral da criança, estabelecendo direitos que visem o seu desenvolvimento. Além disso, assegura a todas as crianças “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus professores e o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência” (Art. 35).

Conforme a Declaração de Salamanca (1994) a efetivação da escola inclusiva depende da identificação precoce e da avaliação, para criar condições que estimulem as crianças com necessidades educacionais especiais desde os anos iniciais, preparando-os para a vida escolar. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Infantil (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) asseguram a igualdade de direitos à Educação Infantil, sendo a primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo garantir o desenvolvimento integral de todas as crianças, desde o nascimento, até os seis anos, incluindo as crianças com necessidades educacionais especiais (art.58).

Tendo em vista as políticas de inclusão, cabe à escola regular adotar um conceito amplo de diversidade para oferecer uma educação inclusiva, que vise à participação de todos. Para isso, cabe à comunidade escolar investigar, estudar e conhecer a diversidade, buscando incentivar o respeito à diferença em seu cotidiano. Nesse sentido, Zimmermann (2008) aponta que a instituição escolar precisa de uma reestruturação organizacional, reorganização dos currículos escolares, formação humana dos professores e uma boa relação entre família e escola, em prol de uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, que supra as necessidades da realidade educacional.

Nessa perspectiva, ficam evidentes os desafios quanto à inclusão; deve-se desenvolver uma pedagogia centrada na singularidade de cada criança, considerando suas dificuldades no

³ Segundo a Declaração de Salamanca, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização.” (BRASIL 1994).

processo de ensino e aprendizagem, respeitando as diferenças, oferecendo respostas adequadas às necessidades individuais.

Para que a inclusão se torne parte da realidade educacional, há a necessidade do apoio e da concretização das políticas de inclusão, bem como de investimentos, visando a “[...] intensificação quantitativa e qualitativa na formação de recursos humanos e garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógico públicos e privados especializados para assegurar o desenvolvimento educacional dos alunos” (BRASIL, 2001, p. 29-30). Existem muitos desafios que dificultam que o processo de inclusão realmente aconteça nas escolas, principalmente na Educação Infantil.

A efetivação da proposta de inclusão nas escolas é um processo longo e demorado. Segundo Stainback (1999), a inclusão é um desafio, uma vez que trata de uma nova concepção, que visa à inclusão de todos os indivíduos no meio escolar, numa sociedade na qual a diferença deve ser vista como algo bom e não motivo de exclusão. A educação inclusiva transforma o ambiente educacional, bem como a sociedade, tornando-a um lugar mais acolhedor e inclusivo. Stainback (1999) ressalta que a inclusão traz vários benefícios para os alunos, os quais terão a oportunidade de aprender, de desenvolver habilidades e valores em conjunto, proporcionando uma ampliação das práticas pedagógicas, beneficiando a todos, inclusive a sociedade, a qual deve aprender o valor social da igualdade, deixando para trás os estigmas sociais.

2.2 Educação Inclusiva: um desafio para a atualidade

As crianças portadoras de necessidades especiais eram excluídas e ignoradas, tanto pela sociedade quanto pelo sistema educacional. Segundo Buarque (1993), a exclusão é um processo, no qual o ser é separado do gênero humano. Assim, a exclusão é um processo cruel ao separar pessoas consideradas desqualificadas para viver na sociedade. No entanto, demorou algum tempo para que fosse atribuído às crianças portadoras de necessidades especiais o direito de frequentar a escola e outros ambientes sociais.

Para que a educação especial se tornasse um direito, foi preciso o apoio de políticas e diretrizes educacionais oficiais. A princípio, surgiram às escolas especializadas para atender esse público, logo, criaram condições para incluir essas crianças nas escolas regulares. A partir do momento em que o Brasil juntamente com outros países, assinou a Declaração de Salamanca assumiram o compromisso de inserir no sistema educacional uma pedagogia

voltada para a inclusão. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, no campo específico da educação, assegura o direito de todas as crianças de serem matriculadas em uma escola gratuita e de qualidade, dando igualdade de condições de aprendizagem e permanência para o aproveitamento do ensino.

Uma educação de qualidade deveria capacitar a todos, sem exceção, para participarem ativamente da vida comunitária e se tornarem cidadãos do mundo (UNESCO, 2001). Entretanto, Libâneo (2013) acrescenta que a educação de qualidade deve promover os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas e sociais que atenda as necessidades individuais e sociais dos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho e para a cidadania, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. É a qualidade na educação que torna possível a construção de uma ⁴escola inclusiva.

Para que a inclusão realmente aconteça faz-se necessário uma reestruturação do sistema educacional. Segundo Antunes (2008), a inclusão deve ocorrer desde os primeiros anos de vida, desde pessoas portadoras de deficiências até os que possuem necessidades educacionais especiais, de caráter temporário, intermitente ou permanente. Deste modo, o processo de inclusão inicia-se nos primeiros ambientes frequentados pela criança, no ambiente escolar e permanece nos ambientes sociais.

Conforme as Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001), é um desafio para as comunidades escolares construir uma educação que atenda às necessidades educacionais especiais de todos os alunos. Nessa perspectiva, fica evidente que há um longo caminho a ser percorrido para que as escolas sejam reestruturadas, para atender as necessidades de cada aluno, porém tais desafios devem ser superados para a construção de uma escola inclusiva.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira define a ⁵educação especial (Art. 58) como uma “[...] modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Nos parágrafos de 1 a 3, define que os serviços serão ofertados de acordo com a necessidade do estudante e que o Apoio especializado ocorrerá devido às condições e necessidades específicas dos alunos, destacando que a educação

⁴ Nesse contexto, o termo Educação inclusiva está relacionado a uma escola que visa atender a diversidade e as necessidades dos alunos nas escolas regulares. (MANTOAN, 2006).

⁵ A Educação especial configura-se como uma modalidade de ensino restrita ao atendimento aos educandos com necessidades especiais, dando condições para que a escola regular pudesse receber esses alunos. (SASSAKI, 1997).

especial é um dever do Estado, que deve iniciar-se desde os primeiros anos de vida (BRASIL, 1996).

Para Mantoan (2006), a inclusão é uma inovação que propõe uma reestruturação na organização escolar, considerando que as maiores dificuldades de alguns alunos, resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, de como aprendizagem é concebida e avaliada. Nesse sentido, o autor ressalta a necessidade de uma reorganização no currículo escolar, bem como das práticas educacionais.

Algumas normativas abordam a questão da formação de professores. Uma delas é a Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, a qual ressalta que as instituições responsáveis pela formação de professores devem elaborar propostas pedagógicas que preparem os docentes para atuar em diversas áreas, na Educação Infantil, como também na educação de crianças com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1999). Além disso, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, estabelece que a organização curricular das instituições de ensino deve atuar na qualificação de docentes, votada para o acolhimento e o respeito as diversidade (BRASIL, 2002).

Mantoan (2006) ressalta que o processo de inclusão requer mudanças nas políticas, na organização da educação especial e regular. Tais mudanças refletem no desenvolvimento dos alunos especiais, como também nos demais alunos, em prol do desenvolvimento educacional coletivo.

Os autores Ball e Bowe (1992) propõem reflexões acerca das políticas públicas e a distância para sua efetivação na prática educacional. Para ambos, há discursos no Brasil quanto à inclusão, mas não há um aprofundamento que visem estratégias para à efetivação da política de ampliação da Educação Infantil na perspectiva da inclusão de crianças especiais, distanciando-se da igualdade de oportunidades e de um ensino de qualidade para todos.

De acordo com Ball (1994), as políticas deveriam ser analisadas quanto aos impactos nas relações e inter-relações com as desigualdades. Apesar dos avanços quanto às legislações direcionadas a inclusão, existem vários desafios que dificultam esse processo, sendo alguns deles, a falta de recursos para promover a acessibilidade no ambiente escolar e falta de profissionais qualificados.

⁶ O termo prática educativa, é definido como ações planejadas e organizadas para o ato educativo, exigindo planejamento, interação, avaliação e reflexão crítica, visando o replanejamento dessas ações. (NÉLISSE, 1997).

Entretanto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Brasileira, regulamentado pela Lei 11.494/2007, propõe investir na formação continuada de professores, sendo uma proposta fundamental para o exercício de uma prática pedagógica que contribui para a efetivação da inclusão na Educação Básica.

A Educação Infantil, sendo a primeira etapa da Educação Básica, foi estruturada visando o educar e o cuidar. Segundo Bujes (2001), a Educação Infantil envolve dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças dessa faixa etária necessitam de atenção, carinho, segurança para a sua sobrevivência. Nessa etapa, as crianças passam a ter contato com o mundo que as cercam, o qual contribui para o seu desenvolvimento. Não seria possível inserir as crianças no mundo sem a presença de atividades voltadas para o cuidar e o educar.

Para Mendes (2010) e Garcia (2004), as normativas que falam sobre Educação Infantil e Educação Inclusiva, não deixam claramente explícitas questões relacionadas à inclusão, possibilitando várias interpretações, que podem ser prejudiciais a esse processo. Deste modo, a efetivação da educação inclusiva não será possível apenas através de leis, sendo necessário oferecer as condições que possibilitem a inclusão, por meio de planejamentos e da integração dos alunos especiais no ensino regular (BRASIL, 2001).

De acordo com Santos (2009), a inclusão reafirma o princípio da Educação de qualidade como direito de todos. Entretanto, Rato (2004) salienta que a educação voltada para os direitos humanos enfrenta vários desafios e tensões. Educar nos direitos humanos significa permitir aos alunos falar e pensar o mundo numa linguagem de significados múltiplos, permitindo a eles o acesso ao conhecimento para o desenvolvimento de suas capacidades, dando condições para que possam discordar e criticar a sociedade na qual se encontram inseridos.

2.3 Gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva

A gestão escolar reflete na qualidade do ensino, como também na efetivação do processo de inclusão das crianças com necessidades especiais na Educação Básica. A gestão escolar consiste na administração das instituições de ensino, por meio de estratégias que visem o desenvolvimento educacional e coletivo. Segundo Ledesma (2008), a gestão escolar é fundamental para o funcionamento da escola, sua função é organizar a administração escolar e

os recursos materiais, além de instigar as ações humanas, visando à formação do sujeito e o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

Luck (2009) enfatiza que a gestão escolar é “um processo pelo qual se mobiliza e coordena o talento humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas, em equipe, possam promover resultados desejados” (p. 96). Deste modo, a gestão contribui coletivamente na promoção de práticas que beneficiam a todos. Para uma boa gestão, faz-se necessário o envolvimento de todos os agentes responsáveis pelo funcionamento da escola, tornando-a democrática e acessível.

Segundo Libâneo (2007), a gestão escolar inclui e propõe interações estabelecidas entre as pessoas e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões. Deste modo, compreende-se que as decisões devem ser tomadas coletivamente, por meio de discussões que norteiam as decisões do gestor, em prol de uma boa organização escolar. Para Barbosa Filho (2004), a gestão democrática é a ação de educar através da participação de todos que compõem o ambiente escolar, buscando atender as necessidades e desejos da sociedade por intermédio de todos os agentes envolvidos nas escolas públicas.

A gestão escolar democrática exerce um papel muito importante na construção de uma escola inclusiva. Nesse sentido, Sage (1999) ressalta que, há uma relação entre gestor escolar e a educação inclusiva, pois essa educação propõe mudanças fundamentais no sistema educacional. Os gestores escolares tem um papel muito importante nesse processo, eles são responsáveis por liderar e manter a organização desde sistema. O autor ressalta mudanças necessárias para construção da escola inclusiva, fazendo necessário o envolvimento de secretaria de educação para a organização das escolas, visando à acessibilidade e adaptações nas práticas pedagógicas.

Prieto (2002) afirma que os gestores escolares devem atuar na efetivação da proposta de educação inclusiva, visando à democratização do ensino e os princípios que norteiam a gestão escolar. Ele ainda aponta que, para que a educação inclusiva se tome realidade no Brasil, as informações, os recursos, os sucessos e as adaptações devem inter-relacionar com as esferas federais, estaduais e municipais, proporcionando um relacionamento intenso entre União, Estados e municípios, para a articulação e construção de novas práticas que visem à inclusão.

De acordo com Barbosa (2002), as escolas brasileiras se tornam cada vez mais palco de fracassos e oferecem uma formação precária, dificultando a apropriação da herança

cultural, dos conhecimentos construídos pela humanidade e a compreensão do mundo que os rodeiam. Apesar dos avanços consideráveis no sistema educacional brasileiro, ele ainda apresenta inúmeras falhas, que interferem na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos, tornando a gestão democrática um grande desafio para educação atual. Deve-se superar as limitações, visando uma administração dinâmica e coletiva que proporcione condições para melhoria da qualidade do ensino.

Para Libâneo (2001), uma educação de qualidade proporciona para todos os domínios de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, necessárias ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, para a inserção no mercado de trabalho e para a cidadania, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

Um dos instrumentos principais para a efetivação da qualidade da educação é o Projeto Político Pedagógico, o qual consiste num documento responsável por definir a proposta educacional de uma instituição. Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esse projeto deve ser elaborado por todas as escolas.

Nesse sentido, Veiga (2001) define o Projeto Político Pedagógico como um instrumento de trabalho que define o que deve ser feito, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados, trazendo uma harmonia entre as diretrizes educacionais e a realidade da escola, com autonomia e compromisso com a clientela. Deve haver uma valorização da identidade da escola, sendo responsabilidade dos agentes internos e externos. Essa ideia implica na aceitação do projeto por todos os envolvidos, devendo ser elaborado de forma participativa e democrática.

Existem falhas presentes na Educação Básica, bem como na Educação Inclusiva. Nessa perspectiva, Demo (1998) ressalta que o Projeto Político Pedagógico auxilia no planejamento do ano letivo, no aperfeiçoamento da oferta curricular, criando estratégias, promovendo a melhoria da qualidade do ensino. Quando todos os indivíduos tiverem acesso a uma Educação Básica de qualidade, será possível oferecer uma educação inclusiva que supra as necessidades das crianças especiais.

A gestão escolar democrática traz múltiplas contribuições para a educação, na qualidade e na democratização do ensino, reconhecendo a necessidade e a importância da diversidade no contexto escolar. Segundo Mantoan (2006), a escola deve compreender a inclusão no processo de ensino-aprendizagem, devem-se traçar estratégias para que todos os alunos tenham acesso às classes comuns no ensino regular, promovendo o acesso à

aprendizagem e o respeito à singularidade de cada um. Em vista disso, faz-se necessário refletir sobre as práticas inclusivas que devem ser priorizadas nas instituições que se preocupam com a inclusão de todos.

Conforme Sage (1999), o diretor deve apoiar o professor que demonstra interesse em práticas pedagógicas inclusivas, as quais podem ser encaradas de forma negativa por aqueles que se encontram nos moldes tradicionais de ensino. Sage ressalta que [...] "o diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores." (p. 138). Sage (1999) ressalta ainda que, há uma relação entre gestor escolar e Educação Inclusiva, visto que, a prática dessa educação exige mudanças fundamentais no sistema educacional. O autor destaca a importância do gestor escolar nesse processo, uma vez que, sua função é liderar, propor mudanças e melhorias nesse sistema, para ele "o papel do diretor é de importância vital em cada nível, e diferentes níveis de pessoal administrativo estão envolvidos" (p.135).

Entretanto, para Hora (1997) a principal função do gestor escolar é, através da administração, liderar de forma política, cultural e pedagógica, de modo a garantir o atendimento educacional de acordo com as necessidades dos alunos. Cabe aos gestores acompanharem o desenvolvimento e a eficiência das práticas pedagógicas utilizadas na instituição, atendendo as necessidades e contribuindo para o desenvolvimento de todos, dando a eles condições para que possam se desenvolver e atuar ativamente na sociedade.

Carvalho (2004) indica os caminhos para a construção da escola inclusiva: os professores devem ser valorizados e capacitados para atender as classes especiais, as escolas regulares devem se adaptar às necessidades dos alunos, deve haver trabalho em equipe e adaptações curriculares. Dessa forma, não apenas os alunos com deficiências serão atendidos, mas também os alunos que por algum motivo apresentam dificuldades de aprendizagem. Para Sasaki (1999, p.41), a inclusão trata-se de um:

Processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A gestão escolar visa à democracia nas instituições de ensino, bem como a inclusão, incentivando-a não apenas entre os responsáveis pela administração escolar, mas também entre os alunos, dando a eles condições para receber calorosamente os alunos portadores de necessidades especiais na escola regular, promovendo a permanência dos mesmos nesse

ambiente. Como afirma Cury (2007, p.448); “Não basta o acesso à escola. É preciso entrar e permanecer. A permanência se garante com critérios extrínsecos e Intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino/aprendizagem”. O processo de inclusão exige mais do que uma adaptação do espaço físico, requer transformações profundas na organização escolar, tudo deve ser feito com o apoio do gestor, sendo fundamental para a execução e desenvolvimento de atividades. Portanto, é o ambiente escolar que dá as condições para construção de uma sociedade inclusiva.

2.4 Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e estudos de referenciais teóricos que proporcionaram discussões entre a teoria e sua aplicação na prática. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelo levantamento de bibliografias publicadas, em livros, revistas, publicações avulsas ou impressas (p. 448). Proporcionando o contato direto do pesquisador com todo o material escrito sobre determinado assunto, auxiliando o cientista na análise das informações contidas nas pesquisas. Esse é o primeiro passo para a elaboração de uma pesquisa científica.

A pesquisa se caracteriza como exploratória e quantitativa, foi utilizada para a interpretação das políticas de inclusão, estabelecendo relações entre o contexto escolar, as práticas educativas e a gestão escolar, visando à inclusão e o desenvolvimento das crianças especiais. Essa metodologia tem como objetivo interpretar, explorar e despertar um olhar crítico quanto às concepções apresentadas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

No estudo apresentado, inicialmente, foi feita uma breve análise sobre a Educação Infantil e como ela foi se modificando, deixou de oferecer serviços assistencialistas e passou a ser considerada um serviço efetivamente educacional, oficialmente vinculado a Educação Básica. A evolução das creches e pré-escolas foi a partir da inserção das mães no mercado de trabalho e ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos, os quais foram assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição Federal de 1988.

Reconhecer a criança como sujeito social, dotado de direitos nos propõe refletir sobre a importância da Educação Infantil e do processo de inclusão, que deve iniciar-se desde a

primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de inserir a criança no meio social, como também no ambiente escolar, promovendo múltiplas possibilidades de interação, as quais são fundamentais para o seu desenvolvimento. Deste modo, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a importância da família e da convivência humana para o desenvolvimento dos processos educativos e formativos na criança, bem como a igualdade de direitos e o acesso a Educação Infantil.

A concepção de inclusão está diretamente relacionada com a integração de todos no ambiente escolar, na busca por uma educação que proporcione o desenvolvimento do aluno como parte integrante da sociedade. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca foi fundamental para a construção de uma escola inclusiva. No entanto, o processo de inclusão propõe mudanças na organização escolar, bem como na sociedade, a qual deve acolher as pessoas com necessidades especiais e juntamente com a escola propor condições para o seu desenvolvimento e exercício da cidadania.

Em seguida, foi feita uma análise das normativas oficiais brasileiras que orientam a implementação do processo de inclusão na Educação Infantil. Nesse sentido, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira define a educação especial como uma modalidade de educação oferecida na rede regular de ensino, para crianças portadoras de necessidades especiais, e que os serviços serão ofertados de acordo com as necessidades do estudante. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que é dever do estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Tais normativas asseguram as crianças portadoras de necessidades especiais o direito, o acesso e permanência na escola.

Um instrumento fundamental para a efetivação da qualidade na educação, é o Projeto Político Pedagógico. Ele é responsável por definir a proposta educacional de uma instituição, o qual deve estar relacionado às diretrizes educacionais, ao currículo escolar, e com a realidade da escola, auxiliando no planejamento do ano letivo, na proposta curricular e na elaboração de estratégias para a melhoria da qualidade do ensino, sua elaboração deve ser de forma participativa e democrática.

Entretanto, os autores Ball e Bowe (1992) ressaltam que no Brasil há muitas discussões quanto à inclusão, porém não há um aprofundamento para a elaboração de estratégias para a efetivação da política de ampliação da Educação Infantil, na perspectiva da inclusão de crianças especiais, distanciando-se da igualdade de oportunidades e de um ensino

de qualidade para todos. As normativas apontam a necessidade da inclusão para o desenvolvimento, porém não deixam claras questões relacionadas à inclusão desde a Educação Infantil, possibilitando várias interpretações e dificultando sua concretização na prática.

Para a efetivação do processo de inclusão na Educação Infantil, é necessário a concretização e ampliação das políticas de inclusão, a qual requer uma formação de professores voltada para o acolhimento e o respeito às diversidades, uma reestruturação no sistema educacional, no ambiente escolar, na organização do currículo escolar, bem como nas propostas pedagógicas, que visem o coletivo, a dinâmica e flexibilidade. Para tanto, deve-se desenvolver uma pedagogia centrada na singularidade de cada aluno, em prol de um conceito amplo de diversidade, para oferecer uma educação inclusiva. Tais mudanças são fundamentais para o desenvolvimento educacional e coletivo.

Promover uma educação de qualidade dá as condições para a efetivação do processo de inclusão nas escolas, sustentada por uma gestão escolar democrática, a qual traz múltiplas contribuições para uma educação voltada para os direitos humanos, para democratização e para o processo de inclusão, visando o reconhecimento da diversidade no contexto escolar e nos ambientes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo propôs discussões e reflexões quanto ao processo de inclusão de crianças especiais na Educação Infantil, buscando compreendê-lo e propor sugestões para sua efetivação na prática. Ressalta-se que o processo de inclusão consiste numa adaptação do ensino para atender as necessidades de todas as crianças, garantindo direito à educação, igualdade de oportunidades, valorização e respeito às diferenças, para a construção de práticas e políticas educacionais inclusivas, na busca por uma educação que integre a todos sem exceção.

Respondendo a questão norteadora dessa pesquisa, a concretização e ampliação das políticas de inclusão seriam fundamentais para a proposta de uma escola inclusiva, de modo a promover uma reestruturação do sistema educacional, do currículo escolar, e das propostas pedagógicas, que visem o coletivo, a dinâmica e flexibilidade, além da formação de professores voltada para o acolhimento e o respeito às diversidades.

Para a efetivação do processo de inclusão não será possível apenas através de leis. É de suma importância uma boa gestão escolar, visando à qualidade do ensino, sendo que, as falhas presentes na Educação Básica dificultam a efetivação do processo de inclusão. Enquanto não houver qualidade na educação, haverá entraves impedindo a concretização de práticas inclusivas na Educação Básica. Salienta-se a necessidade de uma educação de qualidade para que todos os alunos, independente de suas condições cognitivas, sejam incluídos nas práticas pedagógicas. Sugere-se a análise de outros artigos para o aprofundamento dos estudos, visando à ampliação e a efetivação do processo de inclusão para além do desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSCOW, M., & Ferreira, W. (2003). Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In D. Rodrigues (Ed.), *Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade* (pp. 103-116). Porto: Porto Editora.
- ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 270-279, 2018.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa; FERREIRA, Gabriela Silva. A educação inclusiva no contexto da educação infantil. **Serviço Social & Realidade**, v. 25, n. 2, 2016.
- ANTUNES, C. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural. 2008.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais, consumo e política educacional. In: SILVA, L. H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BALL, S.J.; BOWE, R. Departamentos disciplinares e a “implementação” da Política Curricular Nacional: um panorama das questões. *Journal of Curriculum Studies*, Londres, v. 24, n. 2, pág. 97-115,1992.
- BARBOSA FILHO, Jose Iran. *Gestão democrática do ensino público: uma conquista em construção*. 2004.
- BEZERRA, Maria Aparecida Dantas et al. Educação inclusiva na escola regular do ensino infantil. **Revista Inclusiones**, p. 32-42, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica. 2001^a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 2009a. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2009b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MECSEESP, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília - Janeiro de 2008.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: um a análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. **Revista @mbienteeducação**, v. 1, n. 2, 2018.

BUARQUE, Cristovam. *A revolução das prioridades* Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.

BUJES, Maria Isabel Edelweis. Escola infantil: pra que te quero. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

BULOS, Uadi Lemmêgo. Constituição Federal Anotada . 2ª ed. revist. e atualiz. São Paulo: Saraiva, 2001.

CARVALHO, R. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: do que estamos falando? Revista Educação Especial, núm. 26, -, 2005, p. 1-7 Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os desafios da construção de um sistema nacional de educação.

DA SILVA, Lázara Cristina; SILVA, Fernanda Duarte Araújo; FALEIRO, Wender. Educação infantil e educação especial: entre as fronteiras do favor e do direito de todos às condições de cidadania. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 702-716, 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos; RAMOS, Maysa Marinho Antunes. DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza. Normativas oficiais para a Educação Infantil brasileira: desenvolvimento infantil e efetivação da educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 1p. 671-685, abr. 2019.

FRANCISCHINI, R.; SILVA, C. V. M. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 257-276, 2012.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, Dec. 2016.

HORA, D. L. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papirus, 2005.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 5-18, 2000.

LEDESMA, M. R. K. *Gestão Escolar: desafios dos tempos*. 2008. 15f. Tese Doutorado Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos – *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. São Paulo: Heccus Editora, 2013, 6.ed.rev.e amp.

MANTOAN, M. T. É. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; *Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas*. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

MARCONI, Técnicas de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 1985. p.70.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbete Declaração de Salamanca*. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001

MONTEIRO, José Carlos; NERES, Orientadora-Celi Correa. O processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: Desafios da prática pedagógica. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM**, v. 5, n. 9, 2021.

NÉLISSE, Claude. L'intervention: catégorie floue et coconstruction de l'objet. In : NÉLISSE, Claude (1997) (dir.) *L'intervention: les savoirs en action*. Sherbrooke, Éditions GGC, 1997. p. 17-24.

NUNES, Debora Regina de Paula. **Educação Inclusiva**. Pedagogia. ed. EDURFN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, 2013.

OLIVEIRA RODRIGUES, Deborah Maria Campelo. *Educação Inclusiva no Brasil: Percepção do Profissional de Educação Infantil Diante dos Desafios Encontrados na Sala de Aula*. 2020.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. *Educação inclusiva: já se falou muito sobre ela?*. **Educação em Foco**, p. 313-332, 2015.

PRIETO, Rosângela G. *Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil*. In: In: PALHARES, Marina S. e MARINS, Simone C. F. (Orgs.). *Escola Inclusiva*. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p. 45-60.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, v. 38, n. 2, p. 231-238, 2015.

PLETSCH, Marcia Denise; LUNARDI MENDES, Geovana Mendonça. Entre Políticas E Práticas: Os Desafios da Educação Inclusiva No Brasil. **EducationPolicyAnalysisArchives**, v. 23, 2015.

RATO, Joana Rodrigues; CALDAS, Alexandre Castro. Neurociências e educação: Realidade ou ficção? ctas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Portugal, 4 a 6 de Fevereiro de 2010

RIPPEL, V. C. L.; SILVA, A. M. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Uniãoeste: Cascavel, Paraná. 2003.

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SALTO, Mariana Picchi; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. A concepção docente em uma experiência de educação infantil inclusiva: um estudo de caso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 855-868, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi, *Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STERNBERG, Priscilla Wagner et al. *Educação inclusiva: um olhar sobre a diversidade na educação infantil*. 2017.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016.

TEZANI, Thaís C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.[Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível*. São Paulo: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV,

Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.

ZIMMERMANN, E. C. Inclusão escolar. 2008.